

Universidade e Sociedade

Neusa Maria Dal Ri

Como citar: DAL RI, N. M. Universidade e Sociedade. *In:* CARRARA, K. (org.). **Educação, Universidade e Pesquisa**. Marília: Unesp Marília Publicações, 2001. p. 3-8. DOI: <https://doi.org/10.36311/2001.85-86738-16-6.p3-8>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

Neusa Maria DAL RI¹

A crise não é privilégio de nossa sociedade. Mas, neste país, essas questões assumem proporções bastante significativas: crise de representação, crise de confiança, perda de direitos sociais e trabalhistas conquistados historicamente pelos trabalhadores, denúncias cotidianas de corrupções praticadas por membros da administração do Estado, abalo profundo dos valores tradicionais e da crença nas soluções positivas e nas instituições. Defrontamos com um quadro adverso, demarcado pela desigualdade social, pela miséria, pelo afastamento dos indivíduos da arena política e dos processos decisórios, por uma falta de legitimidade ética da política e dos políticos.

No que se refere à universidade, talvez a primeira questão que se apresenta é a da defesa do seu caráter público. Obviamente, trata-se da defesa da permanência e expansão dos compromissos governamentais com o ensino superior. Não ignoramos as referências mais amplas englobando os demais graus de ensino. Não negamos também que a defesa do ensino público ultrapassa a esfera do ensino superior. No entanto, as preocupações imediatas quanto à universidade são, sem dúvida, a ameaça da extinção da gratuidade do ensino superior público, o projeto neoliberal de transformação das universidades públicas, a diminuição das verbas destinadas às escolas superiores oficiais, a proliferação de escolas particulares de baixíssimo nível, além de outros problemas com que se debate o ensino superior no Brasil de hoje.

Com efeito, se a rede de ensino superior hoje é predominantemente privada, contrariamente ao que ocorria ainda no final na década de 50, tal fato se deve à política traçada e implementada pelo Estado que patrocinou, através, também, de sucessivas autorizações e reconhecimentos, o

¹ Departamento de Administração e Supervisão Escolar – Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp – 17525-900 –Campus de Marília - SP

processo de privatização desse ensino. Percebe-se que esse mesmo Estado que vem, há anos, aligeirando a rede de ensino superior público, ao mesmo tempo, subvencionou escolas particulares que gozavam do estatuto de “entidade privada de direito público”, uma vez que operavam com maciças inversões de recursos públicos.

Na verdade, a tendência do Estado, expressa claramente em seu projeto para o ensino superior, é criar dois tipos distintos de universidade: a universidade da produção e a universidade do consumo. A primeira seria constituída pelos centros de excelência, aos quais seria reservada a tarefa e o privilégio de desenvolver pesquisas e ministrar os cursos de pós-graduação. A segunda configuraria a grande maioria das escolas que se dedicaria exclusivamente ao ensino, como regra, em nível de graduação e, excepcionalmente, ministraria cursos de extensão e de aperfeiçoamento. Trata-se da dissociação entre a pesquisa, o ensino e a extensão.

Do ponto de vista da defesa do ensino superior público, a própria evolução da autonomia universitária deveria ser revista. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional coloca, claramente, a possibilidade de desativação de cursos e habilitações, de intervenção na instituição, de suspensão temporária de prerrogativas da autonomia (Art. 46). No entanto, pensamos que o próprio fortalecimento do ensino superior público e a luta em defesa deste passa exatamente pelo fortalecimento da autonomia. Não de qualquer autonomia, mas daquela que possibilite a evolução de seus elementos democráticos.

Autonomia não significa impermeabilidade a influências externas e sim a capacidade de auto-regulação e adaptação construtiva a demandas e condições circundantes, pela consolidação de uma cultura institucional e profissional próprias. Uma instituição acadêmica autônoma e bem constituída deve ser capaz de articular fontes externas de nível político, econômico e cultural, sentir as necessidades manifestas pela sociedade mais ampla e responder a esses condicionantes de acordo com suas próprias regras de probidade e competência e, dessa forma, ampliar seu reconhecimento ante a sociedade e, conseqüentemente,

fortalecer a sua própria autonomia. Essa situação ideal deve ser contrastada com a de comunidades fechadas, que são incapazes de perceber ou responder com flexibilidade a sinalizações externas e acabam por se esgotar por falta de realimentação e apoio. Ou seja, se a universidade não se abrir à sociedade mais ampla e não se articular com ela, dificilmente poderá defender-se, corporativamente, dos ataques do neoliberalismo, e dificilmente incorporará a população na luta pela defesa do ensino superior público, gratuito e de boa qualidade, direito fundamental da cidadania.

Além da defesa do ensino público, gratuito e de qualidade e da autonomia, à universidade estariam colocadas as preocupações com o desenvolvimento sócio-econômico do país e com a democratização da sociedade.

A história do desenvolvimento econômico brasileiro e a conseqüente industrialização do país mostram que as classes dominantes, historicamente, valeram-se sempre da importação de técnicas estrangeiras. Não houve esforços, nem no setor público nem no privado, no sentido de desenvolver e elaborar tecnologia própria no país. Mas com uma indústria cada vez mais tecnológica, como a atual, a elaboração de tecnologia torna-se um fator estratégico tanto para o desenvolvimento econômico do país como para a democratização da sociedade. Não pode haver capacidade de autodeterminação nacional nem desenvolvimento econômico se o país não for capaz de produzir tecnologia própria. E há muito mais em jogo, além do desenvolvimento industrial ou empresarial. A inexistência de um sistema científico e tecnológico nacional interfere não apenas na capacidade operativa das empresas, mas, também, com a própria capacidade do país em elaborar e operacionalizar projetos sociais e políticos, construir alternativas de vida, ampliar a qualidade de vida da maioria da população etc. Em suma, esse fator interfere com todo o sistema cultural e social do país.

Como bem elucidou Romano, em seu texto, a universidade encaminha-se para um tempo em que a sua própria essência será transformada pelas revoluções científicas e tecnológicas, sobretudo nos campos das comunicações e da informática, da cibernética e de outros progressos culturais.

Dessa forma, à universidade, enquanto instituição responsável pelo ensino e pesquisa, caberia não apenas incentivar e aperfeiçoar a pesquisa científica, mas, também, lutar social e politicamente para que essa atividade seja valorizada, estimulada e alcance uma real estatura no Brasil.

Um dos quesitos essenciais desta tarefa consistiria na formulação, por parte da universidade, de uma política para a ciência e a tecnologia. Essa política deveria contemplar as relações com os organismos federais e estaduais formuladores de políticas científicas que interferem, com os seus recursos e diretrizes, na vida da universidade sem, contudo, que esta tenha qualquer posição própria sobre o assunto, submetendo-se passivamente aos mesmos.

Romano aponta, em seu texto, as dificuldades encontradas para a instauração da universidade no Brasil. E que, em seu desenvolvimento, a universidade sempre tendeu a reproduzir a forma do poder central. Similar ao governo da Federação, herança histórica do período republicano, há também na universidade a eminência do executivo em detrimento dos demais poderes. No modelo político nacional, trata-se da preponderância do governo sobre as Assembléias, o que se caracteriza, primeiro, pela iniciativa e, segundo, pela concentração em uma única pessoa da ação diretora governamental. A falta de autonomia dos Estados perante ao governo central pode ser verificada pelo fato de que, apesar das diferenças regionais, as Leis fiscais, criminais, civis, educacionais etc. são as mesmas para todos eles. Essa norma que ignora os diferentes costumes, recursos e fins das regiões obstaculiza toda aplicação coerente de políticas públicas.

De acordo com Romano, as universidades oficiais nasceram nos limites dessas práticas. Em muitos Estados, elas foram criadas para garantir aos políticos, junto aos contribuintes, a marca do prestígio. E também para propiciar instrumentos de comunicação de oligarquias com o núcleo da República.

Podemos verificar atos nesse sentido, conhecidos pela comunidade acadêmica, como, por exemplo, o decreto da presidência da República, datado de 1996 e, posteriormente, incorporado à LDB, que limitou

a participação de estudantes e funcionários em 30%, nas eleições e nos órgãos colegiados, bem como fixou as inscrições nominais para reitor e vice e outros cargos eletivos da universidade, o que se deu, fundamentalmente, para atender reivindicações das oligarquias políticas da região Nordeste e para continuar garantindo o poder de alguns políticos nas universidades desses Estados.

Em suma, estariam colocadas para a universidade, hoje, enormes tarefas: a de desencadear uma vigorosa luta em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade; a de resgatar e ampliar o respeito pela ciência e a de lutar pelo desenvolvimento sócio-econômico do país e pela democratização da sociedade.

A seguir, em seu texto, o Prof. Roberto Romano analisa, com rigor e competência, várias questões e problemas colocados para a universidade nos dias atuais.